



Declaração de Acumulação ou de Não Acumulação de Rendimentos para Fins de Aplicação do Teto Constitucional

Última atualização em 15/06/2023

Dados do(a) Declarante

Nome:

Nome Social (se houver):

Declaração

Eu, conforme supra identificado(a), tendo lido o disposto no artigo 37, XI, da [Constituição Federal](#), e [Resoluções do CNJ nº 13 e nº 14](#), ambas de 21/03/2006, e o acórdão do STF N. RE 602584, **DECLARO** que, além do(s) rendimento(s) do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região:

Quanto ao recebimento de rendimentos provenientes do INSS:

NÃO RECEBO rendimento (s) proveniente (s) do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, inclusive decorrentes de atividade privada;

RECEBO rendimento(s) proveniente(s) do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, inclusive decorrentes de atividade privada, abaixo relacionados.

Quanto ao recebimento de rendimentos oriundos de outros órgãos:

NÃO RECEBO rendimento (s) oriundo (s) de outros órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

RECEBO outro (s) rendimento (s) oriundo (s) do TRT-MG e/ou de órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, abaixo relacionados:

Caso tenha marcado a opção de RECEBIMENTO de rendimentos, preencher:

Órgão/Entidade 1:

Código de Rendimento 1:

Caso tenha selecionado o "código 6-Outro", especificar:

Órgão/Entidade 2:

Código de Rendimento 2:

Caso tenha selecionado o "código 6-Outro", especificar:

Quanto à percepção de benefícios:

NÃO PERCEBO auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e/ou benefícios de espécie semelhante;

PERCEBO auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e/ou benefícios de espécie semelhante.

Declaração Geral:

- ✓ **DECLARO** estar ciente de que deverei apresentar anexa a esta declaração cópia do contracheque atualizado das fontes remuneratórias citadas;
- ✓ **DECLARO**, também, estar ciente de que é obrigatório o fornecimento de novo contracheque sempre que sobrevier alteração das importâncias recebidas ou pagamento de valores atrasados ou referentes a exercícios anteriores
- ✓ **DECLARO**, ainda, que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo inteira responsabilidade por elas;
- ✓ **AUTORIZO** a utilização dos meus Dados Pessoais para os fins específicos deste documento, de acordo com a [Lei Geral de Proteção de Dados](#) (LGPD).

Data:

Assinatura:

Espaço Reservado para assinatura física ou digital

Lista de links para Consulta

Atenção: Recomenda-se abrir os links em **nova aba** ou **nova janela**, para **evitar a perda das informações já preenchidas**.

1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;](#)
2. [Resolução CNJ n. 13 de 21 de março de 2006](#)
3. [Resolução CNJ n. 14 de 21 de março de 2006](#)
4. [Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(Lei Geral de Proteção de Dados\)](#)




Atenção! Este documento faz parte de uma lista de exigências para análise do pedido. Não se esqueça de conferir se todos os formulários/declarações necessários estão preenchidos e assinados, antes de realizar o protocolo.

Remoção Externa – Documentação Complementar:

- [Autorização de Acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do IRPF;](#)
- [Declaração de acumulação ou de não acumulação de cargos, empregos públicos e/ou proventos;](#)
- Declaração de acumulação ou de não acumulação de rendimentos – teto remuneratório constitucional.

DESEJA REGISTRAR UMA DENÚNCIA, RECLAMAÇÃO, SUGESTÃO, ELOGIO, OU PEDIR ACESSO À INFORMAÇÃO?

APONTE A CÂMERA DO SEU DO SEU CELULAR PARA O QR CODE



OUVIDORIA
JUSTIÇA DO TRABALHO
TST de São Paulo (TST)